

2019



**MESTRADO PROFISIONAL
PRÁTICAS DOCENTES NO ENSINO FUNDAMENTAL**

**CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES
VOLTADO AO PLANEJAMENTO HORIZONTAL DE AULA**

**JOSÉ CARLOS SANTOS DA SILVA
CENTRO DE ESTUDOS
UNIFICADOS BANDEIRANTE -
SANTOS – SP**

UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS
MESTRADO PROFISSIONAL
PRÁTICAS DOCENTES NO ENSINO FUNDAMENTAL

JOSÉ CARLOS SANTOS DA SILVA
ORIENTADORAS: Profa. Dra. ANDREA WILD e
Profa. Dra. ELISETE GOMES NATÁRIO

PROPOSTA DE UM CURSO DE FORMAÇÃO
CONTINUADA PARA PROFESSORES VOLTADO AO
PLANEJAMENTO HORIZONTAL DE AULA

1ª Edição

SANTOS
CEUBAN

2019

**CENTRO DE ESTUDOS UNIFICADOS BANDEIRANTE
MESTRADO PROFISSIONAL DE PRÁTICAS DOCENTES NO
ENSINO FUNDAMENTAL**

JOSÉ CARLOS SANTOS DA SILVA

**PROPOSTA DE UM CURSO DE FORMAÇÃO
CONTINUADA PARA PROFESSORES VOLTADO AO
PLANEJAMENTO HORIZONTAL DE AULA**

Produto aprovado para obtenção do título de Mestre em Práticas Docentes no Ensino Fundamental e validado pela banca de dissertação composta pelos examinadores Prof. Dra. Cibele Mara Dugaich e Profa. Dra. Daisy Inocência M. de Lemos.

Orientação: Profa. Dra. Andrea Wild e Profa. Dra. Elisete Gomes Natário

SANTOS

2019

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	96
JUSTIFICATIVA	98
OBJETIVOS	102
Objetivo geral.....	102
Objetivos específicos.....	102
PROCEDIMENTO	103

INTRODUÇÃO

As discussões sobre políticas públicas partem inicialmente da definição do que são políticas públicas. Então, para melhor entendimento, compreende-se por políticas públicas ações do Estado em todas as suas esferas para assegurar os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal.

Falando diretamente das políticas públicas voltadas para educação temos que essas políticas vivem em discussão constante uma vez que a sociedade está sempre em evolução; então se faz necessário atender às demandas do mercado de trabalho e de dispositivos internacionais que esperam que os níveis de escolarização se elevem.

O Governo Federal criou o Plano Nacional de Educação que prevê algumas mudanças necessárias a fim de melhorar a educação básica e a formação docente, dentre elas estão: formação inicial, formação continuada, valorização do profissional e plano de carreira. Sobre esta questão Bernadete Gatti vice-presidente da FCC (Fundação Carlos Chagas) considera que “Nosso grande problema é fazer uma espécie de revolução na formação de professores”. Segundo a pesquisadora, as licenciaturas não estão estruturadas para formar um professor. “Elas não formam bem nem no conhecimento específico e nem nas didáticas e práticas de ensino necessárias para uma atuação nas escolas.

Giroux (1997) nos diz que o professor deve ser um intelectual transformador que é aquele que não se restringe aos conteúdos prontos, mas é pesquisador e crítico e enxerga a escola como uma esfera pública, e ainda que a sala de aula deve conectar-se com a sociedade, levando em consideração a vivência e experiências de alunos e professores, Freire (1979) sobre isso enuncia que muitas vezes dentro de seu contexto, os alunos sabem mais que nós, e que devemos ter a humildade de reconhecer isso, e ainda que:

Um educador que restringe os educandos a um plano pessoal impede-os de criar. Muitos acham que o aluno deve repetir o que o professor diz na classe. Isto significa tornar o sujeito como instrumento. O desenvolvimento de uma consciência crítica que permite ao homem transformar a realidade se faz cada vez mais urgente. (FREIRE, 1979, p.17)

Giroux (1997), apoiado em Dewey, coloca que a forma de capacitação, que é impelida aos professores, foca somente em conhecimento técnico, metodologias de como ensinar aos alunos, negando por vezes o direito a ambos de manifestar e desenvolver um pensamento crítico, e engessando o trabalho do professor, dando a entender que todos os alunos aprendem da mesma maneira.

Sacristán e Gómez (1998) levantam a necessidade de pensar sobre os métodos de ensino-aprendizagem, de maneira que a finalidade seja a formação de cidadãos capazes de ter um pensamento proficiente, no sentido de compreender e interferir na sociedade.

JUSTIFICATIVA

O Plano Nacional de Educação estabelece metas para as políticas educacionais para dez anos, são diretrizes da Lei do Plano Nacional de Educação Nº 13.005, de 25 de junho de 2014:

Art. 2º São diretrizes do PNE:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2014).

O PNE traz metas para a valorização dos profissionais da educação, consideradas estratégicas para o alcance das demais metas; dentre elas, destaca-se a meta 16:

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. (BRASIL, 2014)

Sendo assim, se faz necessária a oferta de programas de formação continuada, por parte dos sistemas de ensino, a fim de ofertar aos docentes a oportunidade de continuação de estudos dentro da área da educação bem como na área específica de conhecimento do docente.

Para atendimento da meta 16 do PNE, o Governo Federal definiu um conjunto de estratégias:

[...] 16.1) realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

16.2) consolidar política nacional de formação de professores e professoras da educação básica, definindo diretrizes nacionais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas;

16.3) expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores e as professoras da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação;

16.4) ampliar e consolidar portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores e das professoras da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível;

16.5) ampliar a oferta de bolsas de estudo para pós-graduação dos professores e das professoras e demais profissionais da educação básica;

16.6) fortalecer a formação dos professores e das professoras das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de

recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público (BRASIL, 2014).

Seguem dados do quadro de profissionais do magistério da Prefeitura de Guarujá, retirados do diário oficial do município de 25 de novembro de 2017, local a priori selecionado para oferta deste produto educacional devido os dados da pesquisa se reportarem a uma das escolas do referido município.

Tabela – Quadros dos profissionais do magistério da Prefeitura de Guarujá – SP

Cargos	nº de docentes
Professor I	650
Professor I - substituto	409
Professor III	523
Professor de educ. profissional	23
Professor de educ. especial	115

Fonte: Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer de Guarujá (2017).

Como se pode observar, a rede municipal de educação de Guarujá possui um número expressivo de profissionais e até 2012 a rede não desenvolvia nenhum programa de formação desses profissionais.

Em 2012, houve a mudança de regime de contratação onde todos os funcionários públicos municipais passaram do regime CLT para o regime estatutário; com isso, os profissionais da educação municipal passaram a ter um estatuto do magistério, contido na lei complementar 135/2012 que estabelece o regime estatutário aos funcionários públicos da Prefeitura de Guarujá e que defende, no estatuto do magistério, em seu artigo 673 que:

Art. 673 Este Título trata do Estatuto e do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Magistério da Secretaria da Educação da Prefeitura Municipal de Guarujá, fundamentados nos seguintes preceitos:

I - efetivação da qualidade e eficiência da educação básica do Município, incentivando, coordenando e orientando o processo educacional na rede municipal de Guarujá, de modo a proporcionar ao educando amplo desenvolvimento e preparando-o para o exercício da cidadania;

II - gestão democrática da carreira do Magistério, garantindo a atualização, a valorização e o desenvolvimento profissional, em conformidade com as orientações do Ministério da Educação e seus órgãos de assessoramento.

Segundo o estatuto em questão e com base na LDB 9394/96 associados ao PNE, é assegurado aos docentes a garantia de atualização, valorização e desenvolvimento profissional.

No regimento das unidades municipais de educação do Guarujá, o artigo 92 estabelece:

Art. 92. Constituem direitos do docente, além dos previstos na legislação municipal pertinente:
[...] VI- ter oportunidade de aprimorar seus conhecimentos por meio de cursos, seminários e palestras promovidos pela própria escola ou por outros estabelecimentos de ensino, observados os interesses da administração;

Os artigos 744 e 745 do estatuto do magistério da Prefeitura de Guarujá definem como atividade permanente da Secretaria Municipal da Educação o desenvolvimento profissional dos servidores do quadro do magistério:

Art. 744 Fica instituída, como atividade permanente na Secretaria Municipal da Educação, o desenvolvimento profissional dos servidores do Quadro do Magistério.
Art. 745 Desenvolvimento profissional, para efeitos desta Lei, é a capacitação do servidor do quadro do Magistério em cursos de formação, especialização ou outra modalidade, em instituições de ensino autorizadas e reconhecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

O estatuto ainda estabelece, como prioridade, a capacitação para habilitação de docentes que atuam, sem a devida habilitação na área, em programas de formação pedagógica e em áreas de carência do professor.

Atualmente a Secretaria Municipal de Educação do Guarujá possui o CECAP - Centro de Capacitação de Professores Professor Carmine Felippelli, que funciona em salas da biblioteca municipal Geraldo Ferraz, porém, não está em funcionamento.

A secretaria ainda oferece os HTPCs – horários de trabalho pedagógicos coletivos dentro da jornada de trabalho do professor, que funcionam da seguinte forma:

- 2 HTPCs que o docente deve cumprir na sua escola sede, em horários estabelecidos pela secretaria municipal de educação, sendo assim: segundas e quartas-feiras das 11h25 às 12h15 ou das 17h25 às 18h15;
- Os HTPCs são momentos definidos para que, dentre outras atividades, possam ser utilizados para momentos de formação continuada;

Além disso a Secretaria Municipal de Educação oferece a Semana Anísio Teixeira dedicada à formação continuada dos docentes da rede municipal onde são oferecidas palestras e oficinas de diversas temáticas aos docentes da rede municipal; essas atividades são ofertadas na última semana de aulas do primeiro semestre, antes do recesso escolar.

OBJETIVO

Propor um curso de formação continuada para professores voltado ao planejamento horizontal de aula a fim de se proporcionar condições para uma reflexão no campo do planejamento de aula baseado em expectativas de aprendizagem à luz do processo de avaliação contínua.

Objetivos específicos

Promover um curso de formação continuada para professores voltado aos seguintes itens:

- planejamento horizontal de aula;
- avaliação contínua;
- avaliação formativa e os instrumentos mais adequados para esse tipo de avaliação;

Problema

O planejamento horizontal da aula, baseado em expectativas de aprendizagem, pode ser um facilitador para o processo de avaliação contínua e consequente melhoria nos níveis de aprendizagem? Os docentes sabem avaliar continuamente e conhecem os melhores instrumentos para esta prática?

PROCEDIMENTO

O curso de formação continuada terá a duração de 16 horas, divididas em 4 encontros de 4 horas cada, sendo esses encontros quinzenais, em que os professores serão encaminhados para o local do encontro, dentro do seu horário de trabalho.

Público-Alvo: Professores de diversas área de atuação..

Número de cursistas: 30.

Tempo estimado: 2 meses (4 horas/quinzenais)

Carga horária: 16 horas

Cronograma

1º encontro : Por que planejar?

Objetivo

Promover uma discussão sobre a importância de se planejar a aula, o que se pretende ao elaborar um plano de aula horizontal e praticar a construção de um plano de aula horizontal.

Conteúdo

- Boas Vindas;
- Apresentação pessoal e apresentação dos cursistas;
- Apresentação da Proposta do Curso;
- Por que planejar?
- Por que elaborar o plano de aula de forma horizontal?

Bibliografia recomendada

FREIRE, P. *Educação e Mudança*. São Paulo. Paz e Terra, 2007.

_____. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 45 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIROUX, H. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

LIBÂNEO, J. C. *Organização e gestão escolar: teoria e prática*. Goiânia: Alternativa, 1993.

_____. *Didática*. São Paulo: Ed. Cortez, 1990

MOREIRA, M.A. *Teorias de Aprendizagem*. 2.ed. São Paulo: EPU, 2011.

SACRISTÁN, J. G. e GÓMEZ, A. L. P. *Compreender e transformar o ensino*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Bibliografia complementar

CASTRO, P. A. P. P.; TUCUNDUVA, C.C.; ARNS, E. M. *Importância do planejamento das aulas para organização do trabalho do professor em sua prática docente*. Disponível em: <http://nead.uesc.br/arquivos/Fisica/instrumentacao/artigo.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2019.

FUSARI, J. C. *O Planejamento do Trabalho Pedagógico: Algumas Indagações e Tentativas de Respostas*. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_08_p044-053_c.pdf. Acesso em: 25 abr. 2019.

2º encontro: Interdisciplinaridade

Objetivo

Promover uma discussão sobre interdisciplinaridade, discutir atividades interdisciplinares dentro da proposta curricular da rede municipal de ensino de Guarujá.

Conteúdo

- A interdisciplinaridade;
- Atividade prática para elaboração de um plano de aula horizontal;
- Socialização dos planos de aula;

Bibliografia recomendada

FAZENDA, I. C. A. *Interdisciplinaridade: História, teoria e pesquisa*. São Paulo: Papirus, 2008.

LIBÂNEO, J. C. *Organização e gestão escolar: teoria e prática*. Goiânia: Alternativa, 1993.

_____ *Didática*. São Paulo: Cortez, 1990

LLOYD, M. *O ensino à velocidade do pensamento: Um plano para tornar o ensino mais eficaz*. São José dos Campos, SP: Ed. Planeta Educação, 2010.

LUCKESI, C.C. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOREIRA, M.A. *Teorias de Aprendizagem*. 2.ed. São Paulo: EPU, 2011.

PERRENOUD, P. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas*. Porto Alegre, RS: Artmed, 1999.

SACRISTÁN, J. G. e GÓMEZ, A. L. P. *Compreender e transformar o ensino*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZABALA, A. *A Prática Educativa: Como ensinar*. São Paulo. Artmed, 1998.

Bibliografia Complementar

FAZENDA, Ivani. Revista GEPI, Interdisciplinaridade, PUC-SP, 2010. Disponível em: https://www.pucsp.br/gepi/downloads/revista_gepi_201011.pdf. Acesso em: 25 abr. 2019.

FRIGOTTO, G. *A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais*, 2008. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4143/3188>. Acesso em: 25 abr. 2019.

3º encontro: Avaliação e a Legislação

Objetivo

Refletir sobre avaliação contínua à luz das legislações vigentes (BRASIL, 1996; 1997; 2010; 2017) possibilitando a cada cursista refletir sobre sua prática e verificar se o plano de aula elaborado no primeiro encontro está de acordo com o previsto nas legislações citadas.

Conteúdo

- O ato de avaliar;
- Avaliação segundo a LDB, PCNs, DCNs e BNCC;
- Instrumentos de avaliação mais adequados ao processo de avaliação contínua;
- Atividade prática para revisão do plano de aula horizontal e preparação para aplicação na sala de aula;
- Socialização dos planos de aula;

Bibliografia recomendada

BRASIL, *Base Nacional Comum Curricular*, 2017. Ministério da Educação, Governo Federal. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf. Acesso em: 25 abr. 2019.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Governo Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 25 abr. 2019.

_____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica*, 2013. Ministério da Educação, Governo Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 25 abr. 2019.

BRASIL, *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, LEI nº 9 394 de 20 de dez. de 1996. Ministério da Educação. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 25 abr. 2019.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais*, 1997. Ministério da Educação, Governo Federal. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2019.

_____. *Plano Nacional de Educação*, 2014. Ministério da Educação, Governo Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 25 abr. 2019.

ANTUNES, C. *A avaliação da aprendizagem escolar*. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

BOTH, I. J. *Avaliação “voz da consciência” da aprendizagem*. IBPEX, Curitiba, 2011.

DEPRESBITERIS, L.; TAVARES, M. R.; *Diversificar é preciso...: Instrumentos e técnicas de avaliação de aprendizagem*. Senac SP, 2009.

Bibliografia Complementar

CALDEIRA, A. M. S. *A apropriação e construção do saber docente e a prática cotidiana*. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/820/829>. Acesso em: 25 abr. 2019.

4º encontro: A prática

Objetivo

Analisar os resultados da aplicação dos planos de aula, bem como repensar as ações definidas em cada plano.

Conteúdo:

- Socialização dos resultados da aplicação dos planos de aula;
- Discussão de algumas autoavaliações dos alunos de cada cursista;
- Socializar as experiências de cada cursista;
- Revisar os planos de aula;

Bibliografia recomendada

BRASIL, *Base Nacional Comum Curricular*, 2017. Ministério da Educação, Governo Federal. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf. Acesso em: 25 abr. 2019.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil, 1988*. Governo Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 25 abr. 2019.

_____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica*, 2013. Ministério da Educação, Governo Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 25 abr. 2019.

BRASIL, *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, LEI nº 9 394 de 20 de dez. de 1996. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 25 abr. 2019.

_____ *Parâmetros Curriculares Nacionais*, 1997. Ministério da Educação, Governo Federal. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2019.

_____ *Plano Nacional de Educação*, 2014. Ministério da Educação, Governo Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 25 abr. 2019.

ANTUNES, C. *A avaliação da aprendizagem escolar*. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

BOTH, I. J. *Avaliação “voz da consciência” da aprendizagem*. IBPEX, Curitiba, 2011.

DEPRESBITERIS, L.; TAVARES, M. R.; *Diversificar é preciso...: Instrumentos e técnicas de avaliação de aprendizagem*. Senac SP, 2009.

GIROUX, H. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

HOFFMANN, J. *Avaliar para promover – As setas do caminho*. 16 Ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2017.

LIBÂNEO, J. C. *Organização e gestão escolar: teoria e prática*. Goiânia: Alternativa, 1993.

_____ *Didática*. São Paulo: Cortez, 1990

Bibliografia Complementar

SANTOS, L. *Autoavaliação regulada: porque, o que e como?* Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4884/1/Santos%20%282002%29.pdf>.

Acesso em: 25 abr. 2019.

VIEIRA, I. M. A. *A autoavaliação como instrumento de regulação da aprendizagem*. Disponível em:

<https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2934/1/A%20autoavalia%C3%A7%C3%A3o%20como%20instrumento%20de%20regula%C3%A7%C3%A3o%20da%20aprendizagem-Isabel%20Vieira.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2019.

Materiais e Métodos

A formação será expositiva e dialogada, com a utilização de diversos recursos, como: Datashow, computador, aparelho de som e materiais diversos de papelaria.

Avaliação

A avaliação será contínua e cumulativa de acordo com o andamento da formação, por meio dos registros das atividades propostas que constituam um portfólio.

REFERÊNCIAS

BRASIL, *Base Nacional Comum Curricular*, 2017. Ministério da Educação, Governo Federal. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf. Acesso em: 15 abr. 2019.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil, 1988*. Governo Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 abr. 2019.

_____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica*, 2013. Ministério da Educação, Governo Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 20 abr. 2019

BRASIL, *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, LEI nº 9 394 de 20 de dez. de 1996. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 19 abr. 2019

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais*, 1997. Ministério da Educação, Governo Federal. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019

_____. *Plano Nacional de Educação*, 2014. Ministério da Educação, Governo Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 15 de mar. 2019

ANTUNES, C. *A avaliação da aprendizagem escolar*. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

BOTH, I. J. *Avaliação “voz da consciência” da aprendizagem*. IBPEX, Curitiba, 2011.

CHIAZZOTTI, A. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. 4 ed. Vozes, 2011.

DEMO, P. *Desafios modernos da educação*. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

DEPRESBITERIS, L; TAVARES, M. R.; *Diversificar é preciso...: Instrumentos e técnicas de avaliação de aprendizagem*. Senac SP, 2009.

FREIRE, P. *Educação e Mudança*. São Paulo. Paz e Terra. 2007.

_____. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 45 ed. São Paulo: Paz e Terra. 2013.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIROUX, H. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

HOFFMANN, J. *Avaliar para promover – As setas do caminho*. 16 Ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2017.

LIBÂNEO, J. C. *Organização e gestão escolar: teoria e prática*. Goiânia: Alternativa, 1993.

_____ . *Didática*. São Paulo: Cortez, 1990.

LLOYD, M. *O ensino à velocidade do pensamento: Um plano para tornar o ensino mais eficaz*. São José dos Campos, SP: Planeta Educação, 2010.

LUCKESI, C.C. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOREIRA, M.A. *Teorias de Aprendizagem*. 2.ed. São Paulo: EPU, 2011.

PERRENOUD, P. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas*. Porto Alegre, RS: Artmed, 1999.

SACRISTÁN, J. G. e GÓMEZ, A. L. P. *Compreender e transformar o ensino*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

TRIPP, D. *Pesquisa-ação: uma introdução metodológica*. Educação Pesquisa. vol.31, n.3, p. 443-466. 2005.

ZABALA, A. *A Prática Educativa: Como ensinar*. São Paulo. Artmed, 1998.